



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIA DE LOURDES ALVES DE OLIVEIRA

**EFICÁCIA DA ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL UM ESTUDO DE CASO:
PROJETO ARTESANATO EM CAJAZEIRAS (PB)**

**SOUSA - PB
2006**

MARIA DE LOURDES ALVES DE OLIVEIRA

**EFICÁCIA DA ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL UM ESTUDO DE CASO:
PROJETO ARTESANATO EM CAJAZEIRAS (PB)**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Gestão e
Administração Pública, do Centro de
Ciências Jurídicas e Sociais da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista
em Gestão e Administração Pública.**

Orientadora: Professora Ma. Maria da Luz Olegário.

**SOUSA - PB
2006**

MARIA DE LOURDES ALVES DE OLIVEIRA

**EFICÁCIA DA ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL DO BANCO DO BRASIL**
Um Estudo de Caso: Projeto Artesanato em Cajazeiras (PB)

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Ms. MARIA DA LUZ OLEGÁRIO
Orientadora – UFCG

Prof. Convidado

Examinador

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo, José Henrique, aos meus filhos Augusto Henrique, Carla Caroline, Ana Luiza, Antonio Henrique e Sara Narny pelo companheirismo e por compreenderem as ausências, assim como pelo apoio na execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença constante sentida nas dificuldades e nas alegrias, durante mais essa jornada rumo ao conhecimento;

A minha família, por compreender as minhas ausências e pelo apoio nesses quase dois anos;

Aos professores e colegas, sem os quais seria impossível a superação das dificuldades surgidas durante este Curso de Especialização;

Especialmente, à professora Maria da Luz Olegário pela sua dedicação em atender a todos os nossos apelos de orientação deste trabalho;

Ao Banco do Brasil, por haver me proporcionado ajuda material e estímulo para o meu autodesenvolvimento.

A humanidade de hoje tem a habilidade de desenvolver-se de forma sustentável, entretanto, é preciso garantir as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações em encontrar suas próprias necessidades.

Agenda 21

RESUMO

Considerando o programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, implementado pelo Banco do Brasil S.A., que tem como objetivo gerar trabalho e renda através de ações economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, este estudo busca mostrar a atuação forte e presente do Banco do Brasil como agente viabilizador e parceiro dos governos estadual e municipal junto ao programa do artesanato em cerâmica, desenvolvido por um grupo de 20 (vinte) artesãos do bairro São José, no município de Cajazeiras. Estas parcerias e incentivos geraram a regularização da associação junto ao cadastro nacional de pessoas jurídicas e a participação dos artesãos em feiras estaduais. A atividade praticada há várias gerações, tem recebido incentivos fiscais, capacitação dos técnicos do Sebrae, com vistas ao aperfeiçoamento, gerenciamento e melhoria da produção, bem como, o estímulo à autogestão de organizações coletivas como alternativa para emancipação econômica, social e política das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, artesanato, inclusão social, parcerias.

ABSTRACT

Considering the program of Sustainable Regional Development, implemented by the Brazil's Bank S.A., which has as goal generate work and income through economically viable actions, socially just and environmentally correct, this study, search show the strong performance and present of the Bank of Brazil as agent feasibler and partner of the state and municipal governments close to the program of the workmanship in pottery, developed by a group of 20 (twenty) artisans of the São José district, in Cajazeiras' county district. These partnerships and incentives generated the regularization of the close to the national association cadaster of legal entities and artisans' participation in state fairs. The practiced activity there are several generations, it has been fiscal incentives, training of the technicians of Sebrae, with sights to the improvement, management and improvement of the production, as well as, the stimulus to self-manage of collective organizations as alternative for economic, social emancipation and people's involved politics.

Words-key: sustainable development, workmanship, social inclusion, partnerships.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	09
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – O Banco do Brasil e seus programas.....	13
1.1 Sistema de Apoio Integrado à Micro, Pequenas e Médias Empresas - MIPEM.....	14
1.2 Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científico – FIPEC.....	14
1.3 Fundação Banco do Brasil - FBB.....	15
1.4 Fundo de Desenvolvimento Comunitário – FUNDEC.....	15
1.5 O Banco do Brasil e seu Compromisso Socioambiental.....	16
CAPÍTULO II – Banco do Brasil: Participação e Adesão aos Novos Rumos do País.....	18
2.1 O Aparecimento do Atual Modelo de Desenvolvimento.....	19
2.2 O Desenvolvimento Regional Sustentável e o Banco do Brasil.....	21
2.2.1 Metodologia de Ação do Desenvolvimento Regional Sustentável.....	22
2.2.2 Objetivos do Desenvolvimento Regional Sustentável.....	24
CAPÍTULO III – O Projeto Artesanato.....	27
3.1 Plano de Negócio.....	29
3.2 Definição de Ações.....	30
3.3 O Artesanato e o Mercado de Trabalho.....	31
3.4 Sugestões de Sustentabilidade.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
ANEXOS.....	41

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Distribuição das atividades produtivas no DRS e Resultados por Estados.....	26
Gráfico 2 – Disponibilidade de Recursos	28

INTRODUÇÃO

Inserido no contexto do Desenvolvimento Regional Sustentável, o Banco do Brasil S.A., através da Gerência de Desenvolvimento Sustentável – GDRS, planeja e implementa políticas públicas, que têm como estratégia, levar à construção de comunidades humanas que buscam atingir um padrão de organização em rede, com características de interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade, considerando-se que as ações sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas.

Dentre as ações implementadas pelo Banco do Brasil, o Projeto Artesanato configura-se como exemplo bastante representativo dos programas, de comprovada eficiência. Trata-se de uma estratégia para valorização da cultura do artesanato em cerâmica, atividade que tem sido praticada em diversos municípios brasileiros, e apoiada por projetos que priorizam as cidades que apresentam baixo Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). Esta realidade, evidenciada em nossa região, e a iniciativa em investir na produção desses artesãos fizeram com que eles se organizassem em associação e buscassem parceiros para dar sustentabilidade à sua atividade, caracterizando assim, o artesanato como uma atividade que tem tradição e potencial para crescimento.

O estudo visa mostrar a implementação desse programa, num grupo de 20 artesãos do Bairro São José do município de Cajazeiras, que há várias gerações vem produzindo, em baixa escala, peças de cerâmica como: vasos, esculturas em argila, pratos bordados, fruteiras, panelas e vasos de brinco, vasos de ovo de páscoa, vaso solitário e tetas, demonstrando que isto pode estimular a autogestão de organizações coletivas como alternativa para emancipação econômica, social e política dos sujeitos envolvidos.

Com este objetivo, este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro, será apresentado à instituição do Banco do Brasil, com seus programas e seu compromisso socioambiental. No segundo, será feita uma reflexão acerca da consonância existente entre a política de ações do Governo Federal e o Banco do Brasil, como também as estratégias de desenvolvimento regional sustentável, sua metodologia e objetivos. No capítulo seguinte, o terceiro, será enfatizado o projeto de artesanato, para um diagnóstico de todos os aspectos sociais e a viabilidade do negócio, informações colhidas através da aplicação de questionário, próprio da instituição. A seguir, o plano de negócio e a definição de suas ações.

Por fim, algumas considerações serão feitas acerca da importância da implementação do projeto para a comunidade do nosso município, e mais especificamente, os artesãos do Bairro São José.

CAPÍTULO 1 - O BANCO DO BRASIL E SEUS PROGRAMAS

O atual modelo de crescimento econômico brasileiro gerou enormes desequilíbrios. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante dessa constatação, surge das bases comunitárias a idéia de Desenvolvimento Sustentável buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, ao fim da pobreza no mundo.

O Banco do Brasil, imbuído dessa idéia, ao longo de sua história, vivencia ações voltadas para o desenvolvimento econômico e para a redução das desigualdades sociais. Como agente financeiro do Governo, tem apoiado e promovido, programas na busca de caminhos para a construção de um país economicamente fortalecido e socialmente justo.

Promovendo e incentivando a divulgação de conhecimentos, metodologias, tecnologias sociais e práticas de promoções de cidadania, muitos programas são gerados por iniciativa da própria organização e potencializados pelos seus funcionários. Outros são implementados graças à abertura e apoio da Empresa às idéias dos seus talentos humanos. Todos, entretanto, guardam a marca do seu tempo: refletem a visão da Instituição e do seu quadro funcional sobre a sociedade, no momento da sua concepção.

Muitos programas, embora nascidos em décadas anteriores, têm servido de referência para os que são criados recentemente pelo Banco, e dentre esses, vários se encontram em pleno desenvolvimento.

No decorrer do tempo, mais especificamente nas décadas de 70 e 80, foram criados e implementados programas de fundamental importância para a pesquisa

científica, para o desenvolvimento comunitário e para o fortalecimento das micro e pequenas empresas, tais como:

1.1 Sistema de Apoio Integrado às Micro, Pequenas e Médias Empresas - MIPEM

A partir da análise do fator principal que levava à extinção as médias e pequenas empresas, realidade que não se diferencia muito da de hoje, surge no final da década de 70, esse programa que tinha por objetivo estruturá-las técnica e financeiramente melhor, através do levantamento das deficiências, dificuldades e potencialidades das empresas, visando torná-las mais competitivas.

Vários foram os benefícios trazidos por este programa, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento tecnológico, quanto dos empresários, normalmente carentes de formação acadêmica, como para a saúde do capital do Banco emprestado ao segmento de micro, pequenas e médias empresas no Brasil.

Com a criação da Gerência de Cooperativismo e o lançamento do Curso Mercado Cooperativista - GCOOP, nascidos no início dos anos 90, introduziram-se novas formas de relacionamento entre o banco, as associações e as comunidades.

1.2 Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica – FIPEC

O Banco do Brasil, desde longa data, preocupado com as dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas, e objetivando a integração à política governamental e de apoio a essas empresas, criou em 1975, às ações do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica.

Dentre os diversos projetos apoiados pelo FIPEC destacavam-se, pelo grau significativo para o desenvolvimento do país, o de instrumentos para diagnóstico médico, por exemplo, o ultra-som em tempo real e os destinados ao desenvolvimento de tecnologia de produção de vacinas virais (sarampo e poliomielite) e reativos para diagnósticos de viroses, como também, os destinados à

tecnologia para industrialização de tubos geradores de eletricidade, empregado no campo das telecomunicações.

1.3 Fundação Banco do Brasil - FBB

O Banco do Brasil, com a finalidade de incrementar os investimentos sociais, criou em 1985 a Fundação Banco do Brasil que, a partir de sua efetivação em 1988 apoiou, em sua totalidade, mais de 25 mil projetos em todo território nacional.

Ao longo dos quase vinte anos de existência, empreendeu programas de fundamental importância para o desenvolvimento das várias regiões brasileiras. Atualmente, gerencia os programas BB Educar (em conjunto com o Banco), AABB Comunidade (em conjunto com a FENABB), dentre outros.

1.4 Fundo de Desenvolvimento Comunitário – FUNDEC

Destinado a combater o círculo vicioso da pobreza, que se re/alimenta da falsa concepção de que as soluções devem vir de cima, O FUNDEC era um programa de base que excluía qualquer política assistencialista que não se fundamentasse na própria iniciativa de coletividade.

O Banco, ao atuar como incentivador e articulador de ações, afastadas as soluções de casos isolados, procurava, através desse programa, despertar e mobilizar forças latentes nas comunidades e somá-las aos serviços de educação, saúde, saneamento, assistência técnica, extensão rural e outros, num processo de interação institucional.

O FUNDEC passou a ser um programa da Fundação Banco do Brasil, a partir de julho de 1991, tendo como fonte de recursos sua dotação orçamentária, mas em 1996, aprova sua última operação e entra nesse mesmo período num processo de desativação.

1.5 O Banco do Brasil e seu Compromisso Socioambiental

Desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade é um desafio que demanda a elaboração de propostas voltadas para o atendimento das necessidades essenciais da humanidade. Para alcançarmos o Desenvolvimento Sustentável, a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente.

Para alguns estudiosos como Mance (2004, p.178), para que haja, de fato, desenvolvimento sustentável em meio a um arranjo social e econômico justo, equilibrado e duradouro é necessário que se observem os aspectos: econômicos, sociais, políticos, culturais, éticos, ecológicos, pedagógicos e metodológicos.”

Neste contexto de responsabilidade e compromisso, o Banco do Brasil delinea uma carta que reafirma seus princípios socioambientais, dos quais ressaltamos:

1. Atuar em consonância com valores universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
2. Reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante.
3. Fortalecer a visão de Responsabilidade Socioambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade.
4. Ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa.
5. Estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável.
6. Contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania.

É no bojo desses princípios que a dimensão humana se estabelece e tem prioridade, pois conforme Freyer (1965, p.28),

Vive-se hoje uma dualidade contemporânea entre a necessidade de organizar os meios de produção e o medo de que essas estruturas e suas formas de organização social sufoquem o próprio homem, uma vez que as qualidades necessárias à coesão social como a lealdade e a solidariedade são desvalorizadas pela competição e individualismo do modelo secundário.

A utilização desses meios de produção, de forma racional, vem resgatar a dignidade humana e consolidar a construção de uma sociedade mais igualitária e com mais qualidade de vida.

CAPÍTULO 2 - BANCO DO BRASIL: PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AOS NOVOS RUMOS DO PAÍS

Nos últimos vinte anos, se vislumbra no país uma crescente insatisfação com a condução da política econômica adotada pelos governos e imposta ao povo brasileiro. Diante disso, o Governo Federal vem adotando medidas voltadas para a retomada do crescimento econômico de maneira sustentável. Os primeiros resultados, mesmo que timidamente, começaram a surgir quando da redução dos índices de inflação, queda nas taxas de juros, aumento da oferta de crédito, aquecimento da produção industrial, superávit crescente na balança comercial, estabilização da taxa de câmbio e diminuição do risco no país.

Pelo conjunto de ações implementadas, o Banco do Brasil sempre teve por pressuposto que é possível tornar realidade esse Brasil que queremos. Dessa forma, participa desse novo momento de construção e mudança de rumo com a implementação de estratégias de atuação junto às comunidades. Essas estratégias de atuação estão centradas em um modelo de negócio que visa ao desenvolvimento sustentável, a partir de uma lógica econômica que catalisa as potencialidades regionais e promove o crescimento da região, observadas as questões sociais e ambientais. Através da mobilização de agentes econômicos, políticos e sociais, impulsiona o desenvolvimento sustentável em regiões com baixo desempenho dos seus indicadores (econômicos, sociais ou ambientais), incrementa as políticas públicas do Governo Federal e participa da construção de propostas para a solução de problemas como: o desequilíbrio social e ambiental e a ausência da geração de emprego e renda.

2.1 O Aparecimento do Atual Modelo de Desenvolvimento

O projeto de uma sociedade mecânica que prioriza a técnica e o indivíduo sob um modelo de civilização industrial, segundo Freyer (1965, p.59), surgiu em decorrência de alguns pré-requisitos históricos que primam pela possibilidade de fazer as coisas, organizar o trabalho, civilizar o homem e consumir a história.

Diferentes culturas, neste modelo de sociedade, são padronizadas por critérios de desenvolvimento industrial moderno, com comportamentos pré-determinados e com critérios-valorativos substituídos por critérios exclusivamente técnicos e econômicos. Estes mecanismos estão inseridos no discurso científico e respaldados pela racionalidade, que legitima esse processo civilizatório.

As tradições, desta forma, são fragilizadas e ficam sujeitas a perder o seu lugar na cultura, em detrimento do surgimento de explicações da criação de normas para manipular fenômenos naturais e sociais, transformando a vida humana no consumo dessas normatizações e no estabelecimento de relações interpessoais que instituem hábitos e comportamentos "civilizados".

Freyer enfatiza (1965, p.98) "este comportamento 'civilizado', ganha relevância em um sistema de consumo que esvazia os sentimentos, as expectativas, as esperanças e os anseios, transformando-os em contratos, previsões, probabilidades e planos".

Esse modelo de civilização chamado de industrial, originado para atender aos requisitos do capitalismo, vem sendo disseminado em todo o mundo por instituições fortes, como as de ensino, empresas, programas de desenvolvimento e, principalmente, pelos meios de comunicação de massa. A principal consequência gerada por essa crença é a difusão de um consumo individualista e indiferente ao descarte daqueles que não se adaptam às exigências deste "mundo civilizado".

Após a Segunda Grande Guerra, o tema “desenvolvimento” passa a ter uma enorme repercussão, embora seus fundamentos e pressupostos datem do século XVIII, século de enormes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. A Revolução Industrial desponta como realização concreta e prática da vida material e o Iluminismo, como projeto técnico/científico inovador, que institui a idéia de um homem que se sobrepõe à natureza, à produção, passa a independe dos ciclos naturais da agricultura, e o trabalho humano, a ditar o ritmo da produção e da geração de riqueza. Com o Iluminismo, a ciência passa a ter um importante campo de atuação, através da intervenção de novas técnicas, produtos e processos produtivos. *Evoluir*, portanto, significa produzir mais e *desenvolvimento* significa progresso. Trata-se da idéia de expansão econômica e desenvolvimento, associados ao aumento da produção material sem precedentes.

O novo sistema fabril engendra uma forte revolta, fundada em idéias marxistas, defendendo-se um retorno ao sistema artesanal das corporações de ofício. Surgiram várias concepções de economia social estudada por teóricos, que tentavam substituir os valores individuais do capitalismo por valores cooperativos. Outros defendiam os avanços econômicos e técnicos do capitalismo, porém criticavam sua forma concentrada de distribuição da riqueza.

O estado passa a ter um papel muito importante após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Polanyi (1980, p.123), o Estado, identificado como *Welfare State*, coloca-se como responsável pelo desenvolvimento associado ao bem-estar social, aos direitos e segurança sociais e políticas de renda, mudando o seu *status* de promotor do desenvolvimento exclusivamente ligado à produção material e ao mercado como principal mecanismo de distribuição. Este novo papel, contudo, não foi inconciliável, na prática, com a noção de desenvolvimento como progresso,

apesar de, teoricamente, permanecer destacada a impossibilidade de acalçar o desenvolvimento no Estado. Em muitos aspectos, a perspectiva do *Welfare State* reforçava a iniciativa privada, pois tinha no Estado um grande comprador e um apaziguador de conflitos.

Com isso, pode-se perceber que o que estava em jogo não era a noção de desenvolvimento em si, mas um estilo excludente de desenvolvimento que tinha se orientado principalmente para as classes mais favorecidas. O modelo de desenvolvimento cujo foco é apenas a dimensão econômica, é representado por uma estrutura de produção, distribuição e consumo altamente concentrado: concentração de terras, renda, crédito e propriedade.

Assim, a maioria da população continua sem receber os benefícios da expansão econômica e do progresso técnico. O que Furtado (1984, p.85), já nos anos 1950, denominou de insuficiência dinâmica de demanda, trata-se de um desajuste estrutural típico da situação de subdesenvolvimento: no núcleo moderno, uma elite controla e domina os recursos disponíveis (terra, crédito, patrimônio e renda) e reproduz os valores de consumo importados; e a maior parte da população quer melhorar seu padrão de vida, contudo, tem um acesso cada vez mais precário ao trabalho formal e maior dificuldade ainda de acesso a terra e ao crédito.

2.2 O Desenvolvimento Regional Sustentável e o Banco do Brasil

Somente na década de 80 é que foi apresentada pela primeira vez a definição de desenvolvimento sustentável focado na necessidade de promover o desenvolvimento econômico, satisfazendo “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias

necessidades”. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: 1991, p.46).

Ciente de seu compromisso social e utilizando-se de toda experiência adquirida nos programas MIPEM, FIPEC, FUNDEC e da Fundação Banco do Brasil, o Banco organizou um conjunto de ações e estratégias com foco para o Desenvolvimento Sustentável como forma de catalisar as ações dos agentes existentes nas comunidades, no sentido de superar as dificuldades e carências, e promover o desenvolvimento regional em localidades do Norte e Nordeste do Brasil.

O Banco do Brasil, como empresa parceira do governo, tem enfatizado o apoio à implantação de políticas públicas sob a bandeira do Programa Fome Zero, e tem como premissa:

desenvolver, aperfeiçoar e consolidar estratégia comercial que considere os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, promovendo articulações com os atores intervenientes diretos ou indiretos da atividade produtiva com visão de cadeia de valor, atuando de forma sinérgica e observando padrões técnicos.(Banco do Brasil, p.1,2006)

Com isso, pretende integrar esforços de agentes das esferas federal, estadual e municipal, da sociedade civil, e do meio político, empresarial e religioso, entre outros, em favor de ações que permitam um salto de qualidade nas condições de vida e nos indicadores de desenvolvimento locais.

2.2.1 Metodologia de Ação do DRS

O Desenvolvimento Regional Sustentável adotou como metodologia de atuação, uma tipologia de organizações produtivas em rede, de forma a criar parâmetros facilitadores para a identificação e o diagnóstico das comunidades. Indica ainda estágios diferenciados de organização e produção comunitária que envolve níveis de interação, cooperação e compartilhamento de conhecimentos, valorizando:

- 1) Aglomerados – atividades correlacionadas numa comunidade, com vínculos poucos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem.
- 2) Arranjos Produtivos Locais – aglomerados de agentes econômicos, políticos, sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas.
- 3) Beneficiamento – ação ou efeito de melhorar, beneficiar ou valorizar a mercadoria/produto sem que se altere ou se modifique a espécie anterior.
- 4) Cadeias ou Sistemas Produtivos – conjunto de aglomerados e arranjos produtivos locais, formando redes complexas, sem limitação territorial.
- 5) Capital Humano – acumulação de conhecimento científico, gerencial, profissional e artístico.
- 6) Capital Social – conjunto de normas e valores informais compartilhados entre os membros de um grupo.
- 7) Ciclo Financeiro – período em que a empresa necessita ou não de financiamento complementar do seu ciclo operacional.
- 8) Ciclo Operacional – tempo decorrido entre o momento de compra da matéria-prima e a comercialização do produto.
- 9) Concertação – dinâmica que integra diferentes pessoas em torno de uma atividade produtiva localizadas numa determinada comunidade.
- 10) Desenvolvimento Local – processo em que as forças sociais mobilizadas, as decisões tomadas e os recursos empregados são provenientes da própria localidade.
- 11) Desenvolvimento Regional Sustentável – leva à construção de comunidades em rede.
- 12) Desenvolvimento Sustentável - satisfaça as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas necessidades.
- 13) Empresa-âncora – empresa que gerencia a operação e garante a rentabilidade do empreendimento.
- 14) Parceiros – atores dos diversos setores da sociedade, que contribuem financeiramente ou com propostas para implementação do negócio.
- 15) Poluição – liberação de subprodutos da atividade produtiva que cause danos à saúde do homem e ao meio ambiente.

- 16) Regional – espaço socioterritorial com potencialidades de desenvolvimento.
- 17) Responsabilidade Socioambiental do Banco – ter a ética como compromisso e o respeito nas atitudes em relação à sociedade e ao meio ambiente.
- 18) Sustentabilidade – sistema que gera a re/criação de alternativas junto a comunidades e agentes locais.

Essa metodologia, integrante do Desenvolvimento Regional Sustentável está alicerçada no tripé da visão economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

2.2.2 Objetivos do DRS

Ao delinear estratégias de negócios em busca de soluções para o desenvolvimento sustentável, o Banco traça como objetivos do DRS:

- ✓ Democratizar o acesso ao crédito (bancarização);
- ✓ Gerar trabalho e renda (capital empreendedor);
- ✓ Estimular e aperfeiçoar a capacidade de organização social (associativismo e cooperativismo);
- ✓ Fortalecer e aprimorar a atividade produtiva (capital humano, social, natural e empreendedor);
- ✓ Promover a inclusão social e a inserção das pessoas no mercado de trabalho, da produção e de consumo;
- ✓ Disseminar a cultura empreendedora.

São consideradas também as possibilidades de alargamento dos negócios, as potencialidades e a superação ou remoção de eventuais obstáculos, com todas as ações descritas no Plano de Negócios DRS. Não se pode esquecer que essas

ações precisam ser fruto da concentração das diferentes entidades intervenientes na dinâmica de desenvolvimento das atividades produtivas.

A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável busca, respeitando aspectos sociais, culturais e ambientais, catalisar potencialidades regionais. É natural, então, que num país como o Brasil, o agronegócio seja componente marcante no modelo de atuação negocial desenvolvido pelo Banco do Brasil.

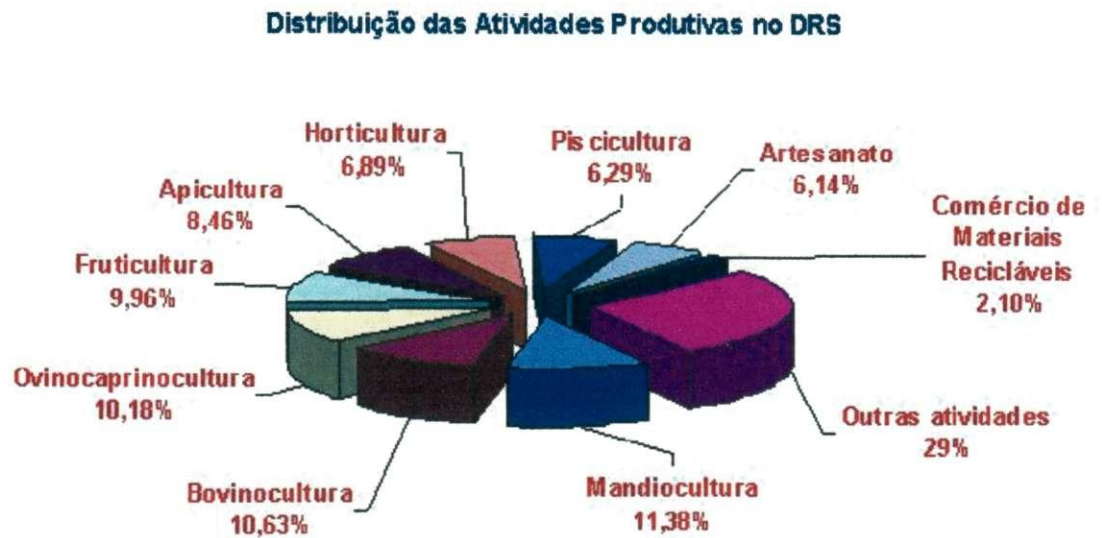
Isso está demonstrado na predominância das atividades agropecuárias escolhidas nas localidades aonde o trabalho vem sendo desenvolvido. Das atividades produtivas já cadastradas no Banco do Brasil, as que se destacam são as relativas ao meio agropecuário: ovinocaprinocultura, 10,10% dos planos de negócios; fruticultura, 9,9%; mandiocultura, 11,38%; horticultura, 6,09%; bovinocultura, 10,63%; piscicultura, 6,29%; apicultura, 8,46%. O artesanato representa também uma parcela significativa dessa fatia com 6,14% dos planos de negócios.

Esse trabalho iniciou-se nas regiões Norte e Nordeste, nos Vales do Jequitinhonha (Minas Gerais), Mucuri (Minas, Bahia e Espírito Santo) e Ribeira (São Paulo) e na Bacia do Rio Itabapona (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), áreas priorizadas em função dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

A estratégia do Desenvolvimento Regional Sustentável, para o ano de 2006, é atingir 23 estados e atender 1000 (mil) outros planos de negócios que já estão em fase de desenvolvimento.

Hoje, cerca de 440 projetos já foram iniciados e encontra-se em diferentes estágios do processo metodológico. Os planos de negócios já aprovados, na Paraíba, que estão na fase de implementação das ações elaboradas, são:

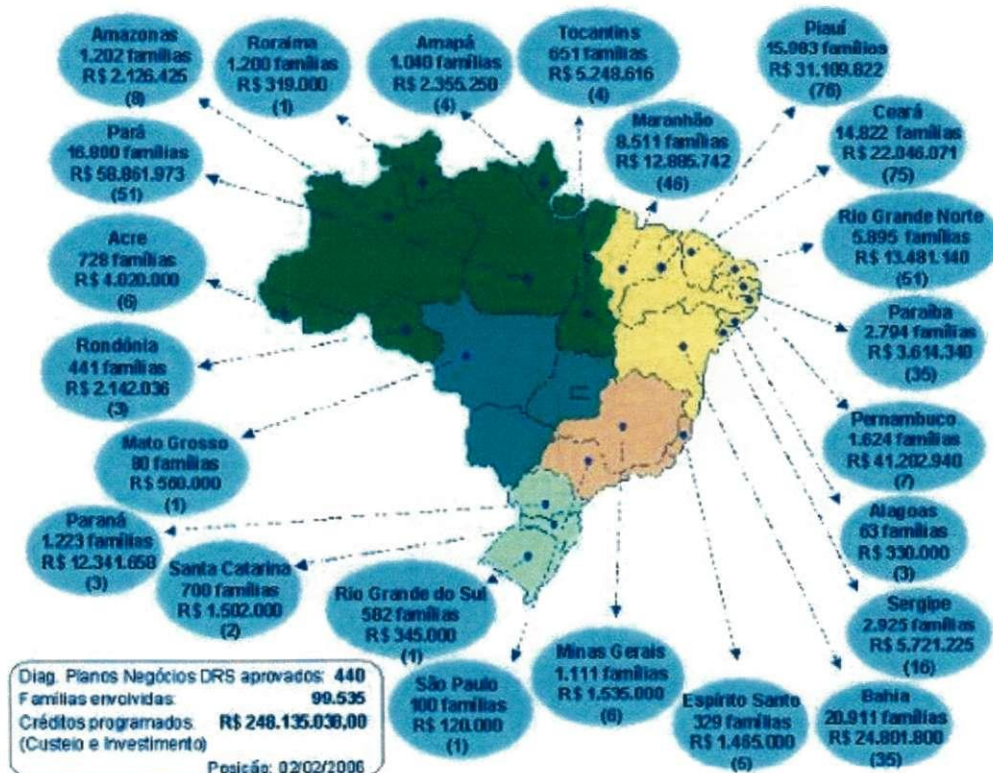
FIGURA 1 – Distribuição das atividades produtivas e resultados do DRS por estado



RESULTADOS

Até janeiro deste ano, foram aprovados 440 Planos de Negócios DRS, distribuídos por 23 estados, que beneficiam 99 mil famílias e envolvem recursos da ordem de R\$ 247 milhões, entre custeio e investimento.

Outros 1.000 Planos de Negócios DRS encontram-se nas diversas fases de desenvolvimento e análise. Como consequência dos focos definidos pela Diretoria do Banco, 93% dos recursos previstos – R\$ 229 milhões - e 96% das famílias beneficiadas concentram-se nessas regiões. Maiores detalhes na página seguinte.



CAPÍTULO 3 - O PROJETO ARTESANATO

A atividade por nós desempenhada junto à Agência do Banco da cidade de Cajazeiras levou-nos a focalizar, após orientação, nosso campo de pesquisa para a comunidade de artesãos do Bairro São José. Esta associação, constituída por membros de 12(doze) famílias, desenvolve a atividade de produzir artesanato em cerâmica a várias gerações e beneficia vinte artesãos.

Segundo o diagnóstico do Setor de Informações do Banco do Brasil, Anexo A, a região de Cajazeiras tem tradição e vocação para o desenvolvimento da atividade em cerâmica. A cidade, localizada na fronteira do Estado do Ceará, é berço de colégios e universidades reconhecidos nacionalmente. Com um pouco mais de 54 000 mil habitantes, centra sua economia no comércio e na produção de bens e serviços e possui hoje um Produto Interno Bruto – PIB de 1%, que chega a um total de R\$ 47,96 milhões.

O consumo das peças artesanais no município é pequeno, girando em torno de 500 por ano, mas a atividade vem demonstrando crescimento. Os principais produtos gerados dessa ocupação são vasos de brinco, vasos de ovo de Páscoa, vasos solitários, tetas, panelas, pratos bordados, fruteiras e esculturas em argila.

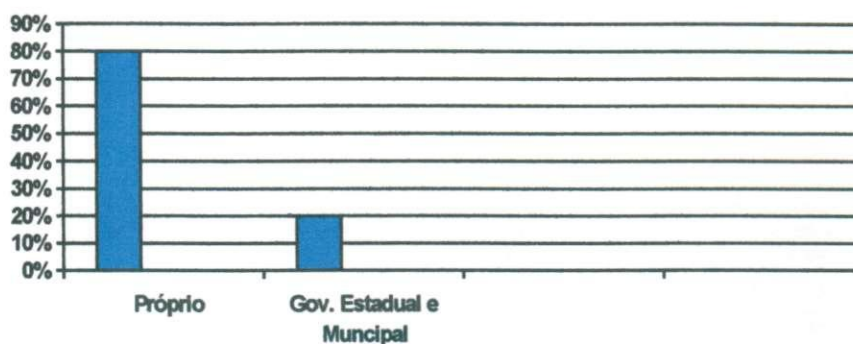
O espaço físico utilizado para a produção das peças é uma pequena casa, em mau estado de conservação, insuficiente, inadequada, Esses artesãos, por não possuírem infra-estrutura (imóvel) para exposição, compartilham o local de fabricação, armazenagem, transporte e comercialização dos objetos.

As compras de insumos como barro e lenha para a produção das peças é realizada pelas louceiras que durante o ano produzem em média 3 120 peças comercializadas em uma mesma banca de venda na feira/calçada. A maior parte dessas vendas é feita diretamente ao consumidor, com pagamento à vista.

A associação dos artesãos tem sido apoiada pelo Programa “A Paraíba em suas mãos”, do Governo Estadual e do Governo Municipal através de incentivos fiscais e custeio de transporte, quando da participação das louceiras em feiras/eventos em diversas cidades brasileiras. A efetivação destes incentivos está assim distribuída:

FIGURA 2

Disponibilidade de Recursos



Fonte: DRS – *Desenvolvimento Regional Sustentável*. Relatórios Internos 2004. João Pessoa: PB, 2005.

Como fruto dessa parceria, os artesãos já tiveram oportunidade de regularizar a associação junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, participar do curso sobre Associativismo/cooperativismo, ministrado também em parceria com o Sebrae, receber a doação de 04 (quatro) casas populares e participar da Feira Nacional de Artesanato “Mãos de Minas” em Belo Horizonte.

Aliado a isso foi estabelecido um Cronograma de Ações, Anexo B, que consistirá em atividades a serem implementadas como: 1)Curso em design e produção de novos produtos; 2)Curso em Gestão Administrativa e financeira para os

artesãos; 3)Palestra sobre organização e empreendedorismo; 4)Palestra sobre saúde ocupacional; e 5)Palestra sobre saúde da mulher.

O Banco do Brasil, como agente incentivador desses programas, tem levado juntamente com o Estado, o artesanato paraibano para dentro e fora de seus limites. Com estes incentivos, esse mercado tem movimentado um milhão, cento e oitenta mil reais em negócios, em pouco mais de um ano. Isso comprova que o mercado possui uma demanda ainda não atendida e por ser uma atividade não desenvolvida nos municípios circunvizinhos, não há concorrente direto para o produto, que já é conhecido por sua qualidade. Sendo assim, a atividade tem potencial para:

1. Aumentar a produção;
2. Melhorar a qualidade dos produtos;
3. Desenvolver novos produtos;
4. Exportar a produção.

Diante disso, os artesãos necessitam de capacitação para o desenvolvimento de novos produtos e melhoria de qualidade, visto que o processo de produção é feito manualmente, com a queima das peças em forno de alvenaria construídos ao ar livre e queimados com lenha, pois não dispõem de máquinas e equipamentos para realizarem a atividade, além do que o transporte dos produtos é feito por tração animal, dificultando o escoamento da produção.

Constata-se também, que o uso dessa forma de energia, queima de lenha em fornos, gera impacto ambiental, porque emite gases poluentes na atmosfera, apesar de não existir riscos de esgotamento dessa fonte.

3.1 Plano de Negócios

Ao fazer um diagnóstico da atividade do artesanato em cerâmica, mediante o Sistema de Informações do Banco do Brasil, tendo como parâmetros o

levantamento da situação de infra-estrutura, os aspectos econômico-financeiros, os aspectos técnicos, os aspectos sociais, e os ambientais, o mercado, as ameaças, as oportunidades, os pontos fortes e os fracos e as oportunidades negociais é que se determinará o plano de negócios.

O plano de negócios delinea os objetivos a serem alcançados de acordo com o que se diagnosticou junto aos artesãos, aos parceiros e entidades envolvidas.

E, assim, os objetivos traçados foram:

1. Capacitá-los para melhoria do processo de produção;
2. Fortalecer o associativismo e a organização entre os mesmos;
3. Dotar a atividade de infra-estrutura com vistas ao aumento da produção;
5. Proporcionar a melhoria da saúde e qualidade de vida;
6. Bancarizá-los e facilitar-lhes o acesso ao crédito;
7. Promover a preservação dos recursos naturais;
8. Aumentar a divulgação e comercialização dos produtos fabricados.

Todos essas metas previstas estão presentes em um cronograma de atividades, determinado quando da realização de reuniões com todos os artesãos e parceiros.

3.2 Definição de Ações

Tendo como base o plano de negócios definido, as ações que envolvem a operacionalização do empreendimento vão desde a fabricação à comercialização do produto.

Diante disto foram determinantes na prioridade constante nas ações:

1. Capacitação em design e produção de novos produtos;
2. Realização de cursos sobre Gestão Administrativa e Financeira;

3. Regularização da associação junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
4. Encontro sobre Organização e Empreendedorismo, Saúde Ocupacional, Saúde da Mulher;
5. Aquisição de máscaras e luvas de proteção;
6. Registro do terreno e imóvel em nome da associação;
7. Construção de um galpão e fornos para produção das peças;
8. Doação de quatro casas populares para os produtores;
9. Aquisição de peneiras e torno mecânico para melhoria do processo;
10. Assistência médica/odontológica regular para os artesãos e seus familiares;
11. Abertura de contas correntes;
12. Participação na feira nacional de artesanato em Belo Horizonte.

A concretização dessas ações vem sendo gradativa e algumas delas já foram realizadas, outras estão previstas para serem executadas dentro do prazo de um ano.

3.3 O artesanato e o mercado de trabalho

Nos últimos anos começaram a surgir intervenções cada vez mais frequentes e sistemáticas na produção artesanal, promovidas por diversos organismos da esfera pública e privada, em quase todos os países da América Latina, cuja principal motivação e justificativa têm sido a necessidade de integrar à vida econômica destes países, uma atividade que durante muito tempo foi marginalizada e tratada apenas dentro da ótica da assistência social.

O Brasil, reconhecido internacionalmente por sua diversidade cultural, tradições e costumes não estão isento dessa intervenção. O artesanato brasileiro

tem mercado externo promissor pelo reconhecimento de sua riqueza de detalhes, beleza e qualidade. O público desses produtos tem sofrido influência na mídia com a valorização do mesmo, nos aspectos de moda e decoração.

No Brasil, a crescente taxa de desemprego que chega a representar 7,5% dos cinco milhões de trabalhadores, transforma, em prioridade nacional, qualquer ação que possa representar aumento das oportunidades de ocupação de mão de obra e de geração de renda. Deste modo, o artesanato passa a ser, para muitos políticos, uma opção estratégica para reduzir a pressão social causada pelo desemprego.

Paralelamente, frente ao acirramento das disputas comerciais elevadas ao nível de mercado, cresce a consciência da necessidade de produtos dos países em desenvolvimento, em particular os países da América Latina.

Nesta busca, a arte popular surge como uma fonte limpa, autêntica e plena de vitalidade, oferecendo um repertório material e iconográfico, fruto de um passado de mesclagem cultural resultante das sucessivas ondas de colonização, capaz de colaborar na construção deste novo projeto de identidade.

Diante destas condicionantes competitivas, multiplicam-se ações de promoção do artesanato, empreendidas por um extenso elenco de instituições e até mesmo com a criação de Programas Governamentais com o envolvimento de ministérios e organismos.

Em alguns casos, estes programas possuem o mérito de preservarem o artesanato em sua pureza original, porém preservam também a miséria dos artesãos e a falta de perspectivas, pois estes, em sua maioria, não conseguiram reverter à situação de exclusão e marginalidade social e econômica a que se encontram submetidos.

Diante deste cenário, um dos principais conflitos existente no interior dos grupos que trabalham com o artesanato, é as diferentes e antagônicas visões sobre a necessidade de renovação da oferta de produtos como modo de dinamizar as relações comerciais entre os artesãos e o mercado, gerando incremento de trabalho e renda.

Para muitos, o surgimento de novos produtos deve ser resultante de um processo espontâneo de criação de artistas populares, que frente às mudanças no ambiente em que vivem, procuram externar suas impressões pessoais plasmando na matéria uma visão singular, porém compatível com o repertório estético e cultural de seu contexto social.

Um programa de apoio e promoção do artesanato que se propunha a contribuir efetivamente a uma mudança sustentada das condições de vida e de trabalho dos artesãos deve obedecer a uma lógica sistêmica, contemplando ações que venham de encontro à solução dos principais problemas encontrados em toda a cadeia de produção e comercialização. Vários exemplos de projetos de desenvolvimento foram estruturados, a partir de grupos de ações que traçaram como características aplicáveis ao artesanato: a inteligência competitiva, a infra-estrutura, tecnologia e designer, a capacitação de recursos humanos, a promoção e comunicação, a comercialização e o gerenciamento.

O segmento artesanal está sujeito aos mesmos imperativos de mercado, e principalmente, à lei da oferta e da procura. Por esta razão, qualquer ação que se pretenda iniciar, em uma determinada região ou segmento produtivo para incremento da capacidade competitiva do artesanato, deve, em primeiro lugar, realizar um levantamento da demanda e da oferta.

3.4 Sugestões de Sustentabilidade

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que aprovou a Agenda 21 e ampliou o conceito de Desenvolvimento Sustentável além de uma série de medidas com vistas à implementação de ações, rumo a esse modelo de desenvolvimento, diversas propostas sobre a cultura da sustentabilidade foram consolidadas.

O programa para implantação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável implicará em profundas alterações nas pautas de comportamento social e, conseqüentemente, nos valores culturais da sociedade, e requer mecanismos de planejamento e coordenação de ações que garantam, democraticamente, ampla participação dos segmentos sociais relevantes.

O foco dessas discussões centra-se também na inserção do Brasil ao desafio da sustentabilidade, frente a um processo de globalização que envolve conquistas e ameaças aos países que não conseguem inserir-se na chamada "civilização do conhecimento". Acima disso, está a disparidade existente na sociedade brasileira que afeta toda a população localizada nas mais diversas regiões do país.

Isso reforça o que foi colocado na Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda Nacional 21 (2000, p.118):

É na afirmação do princípio da diferença entre o universal e o particular que devem estar fincadas as bases diretivas da construção da Agenda 21 Brasileira, na qualidade de instrumento orientador de políticas públicas e programas de governo, pensados e praticados em nome do desenvolvimento sustentável.

Conseqüentemente, pode-se afirmar que o elemento central e distintivo da metodologia proposta para a elaboração e implantação da agenda nacional é a

participação ampla, em todo o processo, dos atores sociais, os governos, empresas, universidades, sindicatos, ONG's e organizações sociais de base, igrejas, etc.

Mesmo diante de tais conflitos, as ações propostas estão organizadas segundo as estratégias prioritárias já referenciadas, dentre as quais destacamos:

1. Gestão dos Recursos Naturais

√ Regular o uso e a ocupação do solo por meio de métodos e técnicas de planejamento ambiental;

√ Desenvolver, propor e aperfeiçoar a pesquisa e os estudos voltados ao aumento do conhecimento científico sobre a biodiversidade;

√ Estabelecer medidas de controle ambiental com vistas à proteção e ao disciplinamento do uso dos recursos naturais e de proteção da atmosfera global.

2. Instrumentos Econômicos

√ Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais, visando a sustentabilidade urbana;

√ Promover o crescimento e a competitividade da indústria brasileira;

3. Redução das Desigualdades Sociais

√ Massificar a oferta de crédito produtivo popular pela flexibilização e desburocratização dos requerimentos para a criação e formalização de microempresas;

√ Articular uma rede envolvendo órgãos governamentais, organizações do terceiro setor e instituições privadas voltadas para o resgate de experiências variadas de capacitação para a cidadania e para a sustentabilidade.

A garantia de que a proposta para a sustentabilidade terá êxito, gerará resultados econômicos positivos, assegurará o retorno dos ativos e adotará práticas

que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de práticas sustentáveis, como a do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, implantada pelo Banco do Brasil resulta em ganhos significativos no combate à exclusão social e à preservação dos recursos naturais, além de aumentar a geração de emprego e renda de pessoas provenientes de comunidades carentes.

Fortalecer a cultura do artesanato manual produzido em cerâmica por um grupo de artesãos localizados no Bairro São José, em Cajazeiras, com apoio dos Governos Estadual e Municipal, e do Sebrae, consolida a política do Banco do Brasil como empresa parceira do Governo Federal e resgata assim, as premissas básicas do DRS, que consistem em viabilidade econômica, justiça social e adequação ambiental.

Temos claro, que esse projeto em fase de desenvolvimento, tem ainda objetivos e metas a serem alcançados, porém torna-se evidente que as conquistas, já adquiridas, como a regularização da associação, elevou a auto-estima desses artesãos cajazeirenses e de seus familiares, que vislumbram a perspectiva de uma vida melhor ao verem o fruto de seu trabalho re/conhecido por este Brasil afora.

Fica evidente então que, ao longo de sua história, vendo o conjunto de ações já realizadas, o Banco do Brasil é presença obrigatória nos momentos de mudança da realidade socioeconômica brasileira, e sua estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável é mais uma contribuição nessa sua longa caminhada. Portanto, a garantia de um desenvolvimento econômico e social pleno, aliado a sustentabilidade do patrimônio natural, supõe muitos desafios e nos remete

a um exame crítico dos valores sociais predominantes e das atitudes individuais e governamentais.

Mesmo com ações desse porte, há problemas de funcionalidade das próprias políticas sociais, como fragmentação e caráter assistencialista, ainda em muitos casos. Ainda mais se levarmos em conta o fato de que um dos requisitos fundamentais do conceito de desenvolvimento sustentável é a satisfação das necessidades básicas da população, principalmente dos pobres.

O Banco do Brasil destaca-se não só como agente incentivador, mas também por dispor de pessoas com capacidade técnica e de liderança que se fortalecem como agentes de mudança, e tem como grandes facilitadores desse processo à capilaridade de sua rede e a integração de seu corpo às comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 BRASILEIRA. Bases para discussão. *Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional*. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

ARENDT, H. *A condição humana*. 10 ed., Rio de Janeiro: Florência Universitária, 2003.

BANCO DO BRASIL S.A. *Estatística do Banco Popular do Brasil*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>. Acesso em: 04 de jan. 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. *Deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente e da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente: 2004*. Brasília, 2004.

CARTA de princípios de responsabilidade socioambiental do Banco do Brasil. *Fome Zero*, Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil, n 15, p.29, fev. 2004.

CARVALHO, H.M. *Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável*. In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: MPEG, 1994.

COMISSÃO MUNICIPAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTA, B. & CARNEIRO, C. *Exclusão social e políticas públicas: algumas reflexões a partir das experiências descritas no programa gestão pública e cidadania*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DRS – *Desenvolvimento Regional Sustentável*. Relatórios Internos. Brasília: DF, 2004.

DRS – *Desenvolvimento Regional Sustentável*. Relatórios Internos 2004. João Pessoa: PB, 2005.

FREYER, H. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GIANSQNTI, Roberto. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atual, 1998.

MANCE, E. A. *Fome zero e economia solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2004.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI (BRASIL). *Arte da Terra. Resgate da cultura material e iconográfica do Pará*. Belém, 1998.

NOVAES, Eduardo Sales. *Folha Online. Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.bb.com.br>. Acesso em: 09 de fev. 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Limites do crescimento*. Disponível em:

<<http://www.onu.org>> Acesso em: 20 de out. 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Álvaro Neto. *Manual de Gerenciamento de Cooperativas*. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, Fortaleza, 1998.

ANEXOS

ANEXO A DIAGNÓSTICO

Agência.....: 00099 CAJAZEIRAS
 SUPER.....: 08502 SUPER VAREJO PB DFN/DRS: 960
 Região DRS.:

1 DIAGNÓSTICO DE INDÚSTRIA - DRS

1.1 IDENTIFICAÇÃO

1.1.01 Sub-Sector da Atividade FABR DE MATER CERAMICO

1.1.02 Nome da Atividade ARTESANATO - CERÂMICA

1.1.03 Descrição da Atividade

ARTESANATO-CONFECÇÕES DE PEÇAS DECORATIVAS EM ARGILA PRODUZIDAS POR 20
 ARTESAOs, PRODUZINDO 3120 PEÇAS ANUAIS, COMERCIALIZADAS EM FEIRAS LIVRE

1.1.04 Motivos que levaram à escolha da atividade

1.1.04.01 Super Estadual

ATIVIDADE VOCACIONAL DA REGIÃO COM APOIO E TRABALHO INICIADO DE OUTRAS
 INSTITUIÇÕES TAIS COMO SEBRAE, CENDAC, COOPERAR.

1.1.04.02 Agência

UMA ATIVIDADE QUE TEM TRADIÇÃO E POTENCIAL PARA CRESCIMENTO.

1.1.05 Município(s) da jurisdição da agência onde a atividade escolhida é de-
 senvolvida.

Municípios	População	Bancos	Hosp.	Estabelecimentos de Ensino	
				Fund./ Medio	Superior
CAJAZEIRAS	54440	05	2	87	5

1.1.06 Histórico da atividade no(s) município(s) indicado(s)

A ATIVIDADE VEM SENDO DESENVOLVIDA A VARIAS GERAÇÕES, DE FORMA AUTONO-
 MA, POR MEMBROS DE 12 FAMILIAS.

A PRODUÇÃO DE PEÇAS E PEQUENA, NAO ULTRAPASSANDO 13 PEÇAS/MES POR ARTE
 SAO. A PRODUÇÃO E TOTALMENTE MANUAL, OS ARTESAOs NAO DISPOEM DE MAQUI-
 NAS/EQUIPAMENTOS. ATUALMENTE, FORAM REGISTRADOS 20 ARTESAOs TRABALHAN-
 DO NA REFERIDA ATIVIDADE (ARTESANATO COM CERÂMICA), BENEFICIANDO 60
 PESSOAS.

A ATIVIDADE TEM POTENCIAL PARA DESENVOLVIMENTO, UMA VEZ QUE A MESMA
 VEM SENDO INCENTIVADA PELO GOVERNO DO ESTADO, POR MEIO DO PROGRAMA
 "A PARAIBA EM SUAS MAOS", COM REALIZAÇÃO DE FEIRAS/EVENTOS E ISENÇÃO

1.1.06 Histórico da atividade no(s) município(s) indicado(s)

DE IMPOSTOS. _____

1.1.07 Principais produtos ou grupo de produtos gerados pela atividade

(Registrar um produto ou grupo de produtos por linha)

- 1 VASOS _____
- 2 ESCULTURAS EM ARGILA _____
- 3 PRATOS BORDADO _____
- 4 FRUTEIRAS _____
- 5 PANELAS _____
- 6 VASOS DE BRINCO _____
- 7 VASOS OVO DE PASCOA _____
- 8 TETAS _____
- 9 VASOS SOLITARIO _____

1.1.08 Quantificar os agentes da atividade no(s) município(s) indicado(s)

Tipo	Quantidade	Média de pessoas ocupadas por empresa	Clientes do BB (quantidade)	%
Microempresas				0
Pequenas Empresas				0
Médias Empresas				0
Grandes Empresas				0
Autônomos	20	1	0	0
Informais				0
Outros				0

1.1.09 Indicar principais agentes da atividade que são clientes do BB:

MCI	CPF/CNPJ	Nome
(+)		

1.1.10 Quantificar os agentes que mantém relacionamentos comerciais com a atividade indicada.

Tipo	Total	Local	Regional	Nacional	Exterior
Fornec máquinas e equip					
Fornecedores de insumos	3	3			
Prestadores de Serviços					
Revended. Atacadistas					
Revended. Varejistas					
Revended. Informais					
Outros					

1.1.11 Relacionar as empresas/entidades ligadas a promoção e desenvolvimento da atividade.

Nome	Área de atuação
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS	ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS
SEBRAE PB	CAPACITAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA	ORG.FEIRAS/EVENTOS/INCENTIVOS FISCAIS

1.1.12 Existem ações de formação de cultura empreendedora? S Sim / Não

1.1.13 Foram identificadas lideranças representativas? S Sim / Não
Se afirmativo, indicar

MCI	CPF/CNPJ	Nome
925802031 (+)	2840183412	FRANCISCA JOSE DE SOUZA
(+)	61978485468	MARIA GORETE ALVES DA SILVA
(+)		

1.1.14 Existe integração (ex: central de compras) dos agentes da atividade formando parcerias na aquisição de insumos? S Sim / Não

1.1.15 Existe integração (ex: central de vendas) dos agentes da atividade formando parcerias na venda dos produtos? S Sim / Não

1.1.16 A atividade está estruturada a partir de empresa(s) âncora?

N Sim / Não

1.1.17 Existe compartilhamento de estruturas? (ex: transporte, armazenagem)

S Sim / Não

Se afirmativo, indicar OS ARTESAO S COMPARTILHAM O LOCAL DE FABRICAÇÃO, ARMAZENAGEM, TRANSPORTE (TRAÇÃO ANIMAL) E COMERCIALIZAÇÃO. _____

1.1.18 Existe integração para formação e transmissão de conhecimento?

S Sim / Não

Se afirmativo, indicar O SEBRAE E O PROGRAMA "PARAIBA EM SUAS MAOS" VEM REALIZANDO CAPACITAÇÃO PARA OS ARTESAO S. _____

1.1.19 Informações complementares a respeito do item identificação

AS COMPRAS DOS INSUMOS PARA A PRODUÇÃO DAS PECAS E REALIZADA PELA ASSOCIAÇÃO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOSE, RECENTEMENTE CADASTRADA NO CNPJ.OS ARTESAO S COMERCIALIZAM AS SUAS PEÇAS EM UMA MESMA BANCA DE VENDA NA FEIRA (CALÇADA). _____

1.2.01 Produção dos agentes da atividade no(s) município(s) indicado(s)

Agentes da Atividade	Volume das Vendas Anuais R\$	Custo Global %	Índice de Ocupação %	Participação %	Margens de Ganho %
Microempresas	_____	_____	_____	_____	_____
Peq. Empresas	_____	_____	_____	_____	_____
Médias Empresas	_____	_____	_____	_____	_____
Grandes Empresas	_____	_____	_____	_____	_____
Autônomos	46.800	35	100	100	65
Informais	_____	_____	_____	_____	_____
Outros	_____	_____	_____	_____	_____

1.2.02 Quais os principais insumos da atividade e sua origem?

(matéria prima, mão-de-obra, combustíveis, etc.)

INSUMOS	Municipal	Microrregional	Regional	Estadual	Nacional	Internacional
BARRO	_____	100	_____	_____	_____	_____
LENHA	_____	100	_____	_____	_____	_____
AGUA	100	_____	_____	_____	_____	_____
MAO DE OBRA	100	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

1.2.03 Existe risco de interrupção no fornecimento ou esgotamento das fontes de insumos da atividade?

N Sim / Não

1.2.04 Existem subprodutos da atividade que não são comercializados ou aproveitados?

N Sim / Não

1.2.05 Distribuição das entradas de recursos (em %)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rec.: _____					46.800,00							Des.: 16.380,00
Receitas.....:	3	3	4	6	6	8	10	10	10	10	15	15
Despesas.....:	5	5	6	8	8	8	10	10	10	10	10	10

1.2.06 Quais os prazos médios praticados na atividade?

1.2.06.01 Nas vendas (concedido aos clientes) 07_ dias

1.2.06.02 Nas compras (recebido dos fornecedores) 01_ dias

1.2.07 Qual a origem de recursos para capital de giro e investimentos usualmente utilizados na atividade?

Volume	Origem dos recursos 'em %'			
	Recursos Próprios	Banco do Brasil	Outros Bancos	Outras Fontes
16.380,00	80	—	—	20

Comentar:

GRANDE PARTE DOS RECURSOS UTILIZADOS NA ATIVIDADE SÃO PRÓPRIO (80%), OUTRA PARTE DOS RECURSOS (20%) SÃO OBTIDOS JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL E GOVERNO DO ESTADO, UTILIZADOS PARA TRANSPORTE QUANDO DA PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS/EVENTOS.

1.2.08 Na atividade, foram identificadas demandas de crédito ainda não atendidas? S Sim / Não

Se afirmativo,

Demandantes	Nr. de demandantes	Volumes demandados em R\$		
		Capital/giro	Investimento	Comercialização
Microempresas				
Peq. Empresas				
Méd. Empresas				
Grd. Empresas				
Autônomos	30		15.000	
Informais				
Outros				

1.2.09 Existe política de incentivos fiscais para a atividade?

S Sim / Não

Se afirmativo, incide sobre quais tributos?

ISENÇÃO DE ICMS.

1.2.10 Existem programas específicos voltados para o desenvolvimento da atividade? S Sim / Não

Se afirmativo, quais?

O PROGRAMA "A PARAÍBA EM SUAS MÃOS" DESENVOLVIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA.

1.2.11 Qual a participação da atividade no PIB do(s) município(s) escolhido(s) para as ações de DRS? 001 %

1.2.12 Informações complementares sobre os aspectos econômico-financeiros

O PIB DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ONDE A ATIVIDADE ESTA SENDO DESENVOLVIDA, E DE R\$ 47,96 MILHOES. A PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE É DE 0,01%. A BAIXA COMERCIALIZAÇÃO NÃO EXIGE DEMANDA DE CRÉDITO. A MAIOR PARTE DAS VENDAS É DIRETA AO CONSUMIDOR, COM PAGAMENTO À VISTA. 1.2.05 - NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO, A ENTRADA DE RECURSOS É REDUZIDA, UMA VEZ QUE A PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS/EVENTOS É MENOR E A PRODUÇÃO SOFRE REDUÇÃO DEVIDO AS CHUVAS.

1.2.11 - O PERCENTUAL CITADO NO ITEM É 0,01% E NÃO 1% (O SISTEMA NÃO ACEITA NÚMEROS DECIMAIS, MOTIVO PELO QUAL IMPOSTAMOS 1%).

1.3.01 A atividade tem potencial para:

- (X) aumentar a produção
 (_) melhorar a produtividade
 (X) melhorar a qualidade dos produtos
 (_) reduzir custos
 (X) desenvolver novos produtos
 (_) exportar seus produtos
 (_) Outras potencialidades _____

Comentar OS ARTESAO S NECESSITAM DE CAPACITAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS E MELHORIA DE SUA QUALIDADE. _____

1.3.02 O parque tecnológico está atualizado em relação ao mercado? N Sim/Não

Se negativo, onde não está atualizado?

- (_) Nas Micro e Pequenas Empresas
 (_) Nas Médias Empresas
 (_) Nas Grandes Empresas
 (X) Nos Autônomos
 (_) Nos Informais

1.3.03 Outras Informações relevantes a respeito do item anterior, contemplando (ex.: tipo, vida útil, capacidade, etc.)

1.3.04 Existem tecnologias alternativas? N Sim / Não
Se afirmativo, quais, procedência e disponibilidade?

1.3.05 Existe necessidade/possibilidade de adotá-las?

	Necessidade	Possibilidade
Microempresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Pequenas Empresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Médias Empresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Grandes Empresas	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Autônomos	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Informais	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não
Outros	<input type="checkbox"/> Sim / Não	<input type="checkbox"/> Sim / Não

1.3.06 Informações complementares sobre os aspectos técnicos

A QUEIMA DAS PEÇAS E REALIZADA AO AR LIVRE EM FORNOS CONSTRUÍDO EM ALVENARIA. _____

1.4.01 No(s) processo(s) produtivo(s) da atividade, qual(is) a(s) forma(s) de energia utilizada(s)?

- (_) Energia elétrica / concessionária
 (_) Energia elétrica / geração própria
 (X) Queima de lenha/carvão
 (_) Queima de resíduos
 (_) Uso de combustíveis fósseis
 (_) Animal
 (_) Não se aplica
 (_) Outras _____

1.4.02 O uso dessa(s) forma(s) de energia gera algum impacto ambiental negativo?

Se afirmativo, qual(is) POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA. S Sim / Não

1.4.03 Existe risco de interrupção no fornecimento ou esgotamento da(s) fonte(s) de energia? N Sim / Não

1.4.04 Nos municípios envolvidos, os agentes são abastecidos adequadamente com energia para a condução da atividade? S Sim / Não

Comentar

O CONSUMO DE ENERGIA (LENHA) NA ATIVIDADE E PEQUENO. _____

1.4.05 Qual(is) é(são) o(s) meio(s) de transporte utilizado(s) na atividade?

- (X) Rodoviário
 (_) Ferroviário
 (_) Marítimo
 (_) Fluvial
 (_) Lacustre
 (_) Aéreo
 (X) Tração Animal
 (_) Outros _____

1.4.06 As condições das vias de transporte dificultam ou impedem o escoamento da produção? N Sim / Não

Comentar

AS VIAS DE ACESSO AS PRINCIPAIS CIDADES ESTAO EM BOAS CONDIÇÕES. ____

----- Indústria - Infra-Estrutura -----

1.4.07 Qual é a origem da água utilizada no(s) processos(s) produtivo(s) da atividade?

- (X) Rede pública
 (_) Poço artesiano com licença
 (_) Poço artesiano sem licença
 (_) Cisterna
 (_) Poço Amazonas
 (_) Cacimba
 (_) Pluvial
 (_) Rio ou riacho
 (_) Açude ou lagoa
 (_) Não se aplica

1.4.08 O uso dessa(s) fonte(s) de água causa(m) algum impacto ambiental negativo? N Sim / Não

1.4.09 Existe risco de interrupção no fornecimento ou esgotamento da(s) fonte(s) de água? N Sim / Não

1.4.10 Foram constatadas, na atividade, unidades industriais com capacidade ociosa? N Sim / Não

Tipo de Unidade Índice de ocupação em %

Comentar

1.4.11 Foi identificada necessidade/opportunidade de implantar, reativar, ampliar ou modernizar unidades industriais? S Sim / Não

Se afirmativo, indicar

Tipo de Unidade	Necessidade/Oportunidade	Objetivo
FABRICAS _____	NECESSIDADE _____	INFRAESTRUTURA _____
LOJAS _____	NECESSIDADE _____	COMERCIALIZAÇÃO _____

Comentar

O ESPAÇO FISICO UTILIZADO PARA PRODUÇÃO DAS PEÇAS E INSUFICIENTE. OS ARTESAO S NAO POSSUEM ESTRUTURA (IMOVEL) PARA EXPOSIÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO DAS PEÇAS.

1.4.12 Quais as formas de comunicação utilizadas na atividade?

- (X) Telefone
 (X) Correios
 (_) Rádio
 (X) Internet
 (_) Outros _____

1.4.13 Informações complementares sobre infra-estrutura:

O ESPAÇO FISICO UTILIZADO PARA O PROCESSO DE PRODUÇÃO E INADEQUADO. OS ARTESAO S UTILIZAM UMA PEQUENA CASA, EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO E NAO POSSUEM ESPAÇO FISICO PARA COMERCIALIZAÇÃO DAS PEÇAS. A PRODUÇÃO É TODA MANUAL (NAO EXISTE MAQ./EQUIPAMENTOS).

1.5.01 Descrever o mercado, considerando histórico da atividade, tradição, características, experiências e perspectivas futuras

O BRASIL É RECONHECIDO INTERNACIONALMENTE POR SUA DIVERSIDADE CULTURAL TRADIÇÕES E COSTUMES. O ARTESANATO BRASILEIRO TEM MERCADO EXTERNO PROMISSOR PELO RECONHECIMENTO DE SUA RIQUEZA DE DETALHES, BELEZA E QUALIDADE. OS CLIENTES DOS PRODUTOS ARTESANAIS TEM SOFRIDO INFLUENCIA DA MIDIA COM A VALORIZAÇÃO DO MESMO NOS ASPECTOS DA MODA E DECORAÇÃO. O PRODUTO VEM GANHANDO INTERESSE DE PESSOAS DOS SEGMENTOS SOCIAIS DE MAIOR PODER AQUISITIVO. OS ITENS PRODUZIDOS DE FORMA INDUSTRIAL E EM SERIE NAO SUBSTITUEM A QUALIDADE, DETALHES E EXCLUSIVIDADE DOS TRABALHOS MANUAIS. O ARTESANATO PARAIBANO ESTA SENDO BENEFICIADO COM O PROGRAMA "A PARAIBA EM SUAS MAOS", DO GOV. DO ESTADO, COM A FINALIDADE DE PROMOVER E DIVULGAR O ARTESANATO, REALIZANDO FEIRAS/EVENTOS DENTRO E FORA DO ESTADO, DISPOE DA "CASA DO ARTISTA POPULAR" NA CAPITAL E CRIAÇÃO DE UM SITE NO PORTAL DA PB. DEVIDO A BAIXA RENDA PER CAPITA LOCAL O ARTESANATO EM CERAMICA TEM MAIOR ACEITAÇÃO EM FEIRAS FORA DO MUNICIPIO.

1.5.02 Tamanho do mercado

O CONSUMO DAS PEÇAS NO MUNICIPIO SEDE É PEQUENO, GIRANDO EM TORNO DE 500 PEÇAS/ANO. NO ESTADO, A ATIVIDADE VEM DEMONSTRANDO CRESCIMENTO NOS ULTIMOS MESES, EM VIRTUDE DO CRESCIMENTO DO NUMERO DE TURISTAS QUE VISITAM O ESTADO E DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA "A PARAIBA EM SUAS MAOS". O PROGRAMA, QUE VEM REALIZANDO FEIRAS/EVENTOS DENTRO E FORA DO ESTADO, MOVIMENTANDO MAIS DE UM MILHAO E CENTO E OITENTA MIL REAIS EM NEGOCIOS EM POUCO MAIS DE UM ANO.

A ATIVIDADE TEM POTENCIAL PARA CRESCIMENTO NO COMERCIO INTERNACIONAL. RECENTEMENTE, ATRAVES DO PROGRAMA "A PARAIBA EM SUAS MAOS", O ESTADO EXPORTOU PEÇAS PARA PAISES DA EUROPA, COMO ALEMANHA, FRANÇA, PORTUGAL E ESPANHA.

1.5.03 Qual(is) a(s) forma(s) de comercialização dos produtos?

Vendas para Atacadista	_____
Vendas para governos e órgãos públicos	_____
Vendas para comerciantes varejistas locais	_____
Vendas para comerciantes varejistas regionais	_____
Vendas diretas aos consumidores	100
Vendas para exportadores	_____
Vendas para importadores (exportação direta)	_____
Centrais de vendas	_____
Intermediários	_____
Outros	_____

1.5.10 No(s) município(s) envolvido(s), a atividade tem alguma vantagem competitiva em relação aos concorrentes? N Sim / Não

1.5.11 No(s) município(s) envolvido(s), a atividade tem alguma desvantagem competitiva em relação aos concorrentes? N Sim / Não

1.5.12 O mercado tem potencial para absorver eventual elevação de produção? S Sim / Não

Comentar

O MERCADO POSSUI DEMANDA AINDA NÃO ATENDIDA. A COMERCIALIZAÇÃO DAS PEÇAS OCORRE NO MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS E EM FEIRAS ESPORÁDICAS NA REGIÃO.

1.5.13 No(s) município(s) envolvido(s), foi verificada alguma articulação dos agentes da atividade ou intervenientes para formação de mercado? S Sim / Não

Se afirmativo, especificar:

ARTICULAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MERCADO JUNTO AO SEBRAE-PB E O PROGRAMA "PARAIBA EM SUAS MAOS", DO GOV. DO ESTADO DA PARAIBA.

1.5.14 Existem entidades/empresas ou pessoa física que figurem como fornecedoras ou clientes da atividade e que façam parte da Equipe de Trabalho DRS. N Sim / Não

MCI _____ (+)

Nome

Interferência no negócio:

a) Se fornecedor, representa ___ % das compras na atividade.

b) Se cliente, representa ___ % das vendas na atividade.

c) Possui representatividade no segmento: ___ Sim / Não

d) Possui restrições cadastrais.....: ___ Sim / Não

1.5.15 Há possibilidade de criar marca(s) com atributos vinculados à origem do(s) produto(s), agregando valor? S Sim / Não

Comentar:

COM A CRIAÇÃO DA MARCA DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOSE HAVERA AGREGAÇÃO DE VALOR, POIS SEUS PRODUTOS JA SAO RECONHECIDOS POR SUA QUALIDADE.

1.5.16 Informações complementares sobre o mercado:

A ATIVIDADE NAO E DESENVOLVIDA NOS MUNICIPIOS CIRCUNVIZINHOS, COM ISSO NAO HA CONCORRENTES DIRETO PARA O PRODUTO QUE JA E CONHECIDO POR SUA QUALIDADE.

1.6.01 Quantas pessoas estão envolvidas na atividade? 60

1.6.02 Como está distribuída a renda per capita mensal?

Faixa salarial	%
Até um salário mínimo	100
De um a dois salários mínimos	—
De dois a três salários mínimos	—
De três a cinco salários mínimos	—
Acima de cinco salários mínimos	—

1.6.03 A mão-de-obra envolvida na atividade é: 100 % familiar % terceiros

1.6.04 Quantos empregos formais são gerados pela atividade? 0

1.6.05 Quantos empregos informais são gerados pela atividade? 0

1.6.06 Os trabalhos realizados expõem as pessoas a riscos de saúde?
S Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

A ATIVIDADE REQUER PROTEÇÃO CONTRA A INALAÇÃO DOS GASES LIBERADOS NA QUEIMA DAS PEÇAS. _____

1.6.07 Foi verificado o uso de trabalho forçado ou degradante na atividade?
N Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

1.6.08 Existem casos em que o trabalho impede a frequência das crianças à escola?
N Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

1.6.09 As crianças são privadas de atividades recreativas em função do trabalho?
N Sim / Não

Se afirmativo, comentar?

1.6.10 Característica(s) predominante(s) no(s) município(s) envolvido(s), no aspecto educação:

1.6.10.01 Existem escolas para atender a demanda existente? S Sim / Não
Se negativo, comentar

1.6.10.02 Qual o percentual de crianças em idade escolar que freqüentam a escola? 100 %

1.6.10.03 Quais os níveis de escolaridade dos envolvidos com a atividade?
Em %

	Analfabetos	Fundamental	Médio	Superior
Jovens	0	0	100	0
Adultos	10	70	20	0

1.6.11 A assistência médica e odontológica às famílias é adequada?
N Sim / Não

Comentar:

AS FAMÍLIAS NÃO POSSUEM ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA ADEQUADA. O ATENDIMENTO É REALIZADO NOS POSTOS DE SAÚDE COM MUITA DIFICULDADE E DIFÍCIL ACESSO. A ASSISTÊNCIA MÉDICA É REALIZADA POR AGENTES DE SAÚDE DO PSF.

1.6.12 As empresas envolvidas na atividade oferecem benefícios sociais a seus funcionários?
_ Sim / Não X Não se aplica

1.6.13 As pessoas envolvidas na atividade recebem orientações sobre práticas de higiene e saúde?
S Sim / Não

Se afirmativo, quem orienta?

AGENTE DE SAUDE DO MUNICÍPIO ATRAVES DE VISITAS DO PSF. _____

1.6.14 Existem problemas nas condições de moradia das pessoas envolvidas na atividade? N Sim / Não

1.6.15 Informações complementares sobre os aspectos sociais

1.7.01 A atividade está sujeita a licença ambiental para o funcionamento de algum de seus processos produtivos? S Sim / Não _ Não se aplica

Se afirmativo, qual(is) AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EMITIDO PELA SUDEMA. _____

1.7.02 As empresas envolvidas na atividade atendem as exigências legais no que se refere a reserva legal e área de preservação permanente? _ Sim / Não X Não se aplica

1.7.03 A atividade está sujeita a outras regulamentações/licenças (ex. SIF, ANVISA) para o funcionamento de algum de seus processos produtivos? N Sim / Não _ Não se aplica

1.7.01 A atividade está sujeita a licença ambiental para o funcionamento de algum de seus processos produtivos? S Sim / Não _ Não se aplica

Se afirmativo, qual(is) AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EMITIDO PELA SUDEMA. _____

1.7.02 As empresas envolvidas na atividade atendem as exigências legais no que se refere a reserva legal e área de preservação permanente? _ Sim / Não X Não se aplica

1.7.03 A atividade está sujeita a outras regulamentações/licenças (ex. SIF, ANVISA) para o funcionamento de algum de seus processos produtivos? N Sim / Não _ Não se aplica

1.7.04 Os órgãos ambientais estão em condições de atender a demanda gerada pela atividade? S Sim / Não _ Não se aplica

1.7.05 Algum dos processos produtivos da atividade está sujeito a outorga d'água ou licença? N Sim / Não _ Não se aplica

1.7.06 Houve algum tipo de impacto ambiental negativo causado pelo desenvolvimento/implantação da atividade? N Sim / Não _ Não se aplica

1.7.07 As alterações ambientais causadas pelo desenvolvimento da atividade comprometem sua viabilidade futura? N Sim / Não _ Não se aplica

1.7.08 A atividade gera resíduos: S Sim / Não _ Não se aplica

Se afirmativo

Tipo de resíduos	SIM/NÃO	Destinação (+)
Sólidos	S	NÃO TRATADO
Líquidos	N	
Gasosos	S	NÃO TRATADO

1.7.09 Existe deficiência de orientação técnica quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, resíduos, efluentes, emissões de poluentes e materiais não degradáveis? S Sim / Não _ Não se aplica

1.7.10 Informações complementares sobre aspectos ambientais

NÃO EXISTE SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DA ATIVIDADE DE-
 ENVOLVIDA. A ATIVIDADE NÃO DISPOE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A FIM DE
 ORIENTAR OS PRODUTORES/ARTESÃOS SOBRE A EMISSÃO DOS POLUENTES E A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (CINZAS). A UTILIZAÇÃO DE MADEIRA E ARGILA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO É MÍNIMA E NÃO CAUSA IMPACTO AMBIENTAL NEGATIVO, SÃO ADQUIRIDOS JUNTO A PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E TRANSPORTADOS ATRAVÉS DE CARROÇAS COM TRAÇÃO ANIMAL.

- 1.8.01 (_) Aumento de custo para o setor
 1.8.02 (_) Baixa Cotação do produto no Mercado Nacional/Internac.
 1.8.03 (_) Barreiras protecionistas de países produtores
 1.8.04 (_) Barreiras sanitárias
 1.8.05 (_) Carga tributária alta
 1.8.06 (_) Concentração de renda
 1.8.07 (_) Concorrência predatória no setor
 1.8.08 (_) Descasamento de moedas
 1.8.09 (_) Dependência de condições climáticas
 1.8.10 (_) Necessidade de elevados investimentos em infra-estrutura
 1.8.11 (_) Pressão exercida pelos atacadistas/varejistas
 1.8.12 (_) Regulação do setor ainda incipiente
 1.8.13 (_) Falta de acesso ao crédito
 1.8.14 (_) Outras _____
- 1.9.01 (_) Abundância de insumos
 1.9.02 (X) Facilidade de aquisição de insumos
 1.9.03 (X) Custo de produção competitivo
 1.9.04 (X) Compromisso de instituições de apoio à atividade
 1.9.05 (_) Compromisso dos intervenientes
 1.9.06 (X) Demanda não atendida
 1.9.07 (X) Elevado potencial do mercado doméstico
 1.9.08 (_) Estimulo à produção nacional
 1.9.09 (X) Incremento no Consumo Doméstico
 1.9.10 (X) Potencial de crescimento da atividade
 1.9.11 (_) Políticas Públicas de incentivo à exportação (outros países)
 1.9.12 (_) Disponibilidade de recursos
 1.9.13 (_) Apoio do terceiro setor
 1.9.14 (_) Outras _____
- 1.9.01 (_) Abundância de insumos
 1.9.02 (X) Facilidade de aquisição de insumos
 1.9.03 (X) Custo de produção competitivo
 1.9.04 (X) Compromisso de instituições de apoio à atividade
 1.9.05 (_) Compromisso dos intervenientes
 1.9.06 (X) Demanda não atendida
 1.9.07 (X) Elevado potencial do mercado doméstico
 1.9.08 (_) Estimulo à produção nacional
 1.9.09 (X) Incremento no Consumo Doméstico
 1.9.10 (X) Potencial de crescimento da atividade
 1.9.11 (_) Políticas Públicas de incentivo à exportação (outros países)
 1.9.12 (_) Disponibilidade de recursos
 1.9.13 (_) Apoio do terceiro setor
 1.9.14 (_) Outras _____
- 1.11.01 (_) Produtos de baixa qualidade
 1.11.02 (X) Baixa escala de produção
 1.11.03 (X) Tecnologias obsoletas
 1.11.04 (X) Alto índice de erros
 1.11.05 (_) Equipamentos sucateados/obsoletos ou inadequados
 1.11.06 (_) Capacitação técnica
 1.11.07 (X) Capacitação gerencial
 1.11.08 (_) Morosidade e ineficiência na entrega
 1.11.09 (_) Dependência forte do governo como cliente
 1.11.10 (_) Dependência forte de intermediários para comercialização
 1.11.11 (_) Dependência de condições creditícias diferenciadas
 1.11.12 (_) Falta de compromisso dos intervenientes

PLANO DE NEGÓCIO

Objetivo: 001 - CAPACITAR OS ARTESAO S PARA MELHORIA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 30 PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 1

CAPACITAÇÃO EM DESIGN E PRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS.

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 30 PESSOAS

Classificação...: 96 CAPACITAÇÃO EM DESIGN

Interdependência....:

Tip. Interdependência: (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 32173531 SEBRAE - CAJAZEIRAS PB

Executor.....: 933417429 SAMEA DAMASIO DA MOTA SILVA

Data início prevista: 15 / 05 / 2006

Prazo (dias).....: 60

Valor do Orçamento...: 2.000,00

Objetivo: 001 - CAPACITAR OS ARTESAO S PARA MELHORIA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 30 PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 2

REALIZAÇÃO DE CURSO SOBRE GESTAO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA OS ARTESAO S.

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 30 PESSOAS

Classificação.....: 16 CAPACITAÇÃO GERENCIAL

Interdependência....:

Tip. Interdependência: (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 32173531 SEBRAE - CAJAZEIRAS PB

Executor.....: 933417429 SAMEA DAMASIO DA MOTA SILVA

Data início prevista: 14 / 08 / 2006

Prazo (dias).....: 60

Valor do Orçamento...: 2.000,00

Objetivo: 002 - FORTALECER O ASSOCIATIVISMO E A ORGANIZAÇÃO ENTRE OS ARTESÃO S

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 30 PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 1

REGULARIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DIANTE DO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (AÇÃO JA REALIZADA).

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 1 1 UN

Classificação.....: 33 FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES

Interdependência....:

Tip. Interdependência: (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 31863575 ASSOCIACAO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOSÉ

Executor.....: 925802031 FRANCISCA JOSE DE SOUZA

Data início prevista: 01 / 09 / 2005

Prazo (dias).....: 30

Valor do Orçamento...: 200,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	85	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 1

LEVANTAMENTO NO MERCADO DOS TIPOS DE PENEIRAS DE MAIOR PORTE PARA UTILIZAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO.

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	1	UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: __ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 32173531_ SEBRAE - CAJAZEIRAS PB

Executor.....: 933417429 SAMEA DAMASIO DA MOTA SILVA

Data inicio prevista: 05 / 12 / 2005

Prazo (dias).....: 30__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	85	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 2

LEVANTAMENTO NO MERCADO DOS TIPOS DE TORNO MECANICO DISPONIVEIS PARA UTILIZAÇÃO NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	1	UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: __ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 32173531_ SEBRAE - CAJAZEIRAS PB

Executor.....: 933417429 SAMEA DAMASIO DA MOTA SILVA

Data inicio prevista: 05 / 12 / 2005

Prazo (dias).....: 30__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	85	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 3

ENVIO DE OFICIO A PAROQUIA SAO JOSE, SOLICITANDO DOAÇÃO DO TERRENO A ASSOCIAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE GALPAO DE PRODUÇÃO DAS PEÇAS ARTESANAIS

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	1	UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: __ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 31863575_ ASSOCIACAO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOS

Executor.....: 925802031 FRANCISCA JOSE DE SOUZA

Data inicio prevista: 18 / 11 / 2005

Prazo (dias).....: 10__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 85 %

Descrição da Ação - Ação Nr.: 4____
 REGISTRO DO TERRENO E IMÓVEL (LOCAL DE PRODUÇÃO) EM NOME DA ASSOCIAÇÃO

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 1 1 UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 31863575_ ASSOCIACAO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOS

Executor.....: 925802031 FRANCISCA JOSE DE SOUZA

Data início prevista: 01 / 12 / 2005

Prazo (dias).....: 60__

Valor do Orçamento...: 500,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 85 %

Descrição da Ação - Ação Nr.: 5____
 CONSTRUÇÃO DE UM GALPAO PARA PRODUÇÃO DAS PEÇAS DE ARTESANATO _____

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 1 UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 503215894 PROJETO COOPERAR DO ESTADO DA PARAIBA

Executor.....: 905779393 LUIS LUZIEL ROSADO PEREIRA

Data início prevista: 06 / 03 / 2006

Prazo (dias).....: 60__

Valor do Orçamento...: 3.000,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 85 %

Descrição da Ação - Ação Nr.: 6____
 CONSTRUÇÃO DE FORNOS PARA OS ARTESAO S _____

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 5 UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 503215894 PROJETO COOPERAR DO ESTADO DA PARAIBA

Executor.....: 905779393 LUIS LUZIEL ROSADO PEREIRA

Data início prevista: 06 / 03 / 2006

Prazo (dias).....: 60__

Valor do Orçamento...: 1.500,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	85	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 7_____
 AQUISIÇÃO DE PENEIRAS MAIS EFICIENTES PARA O PROCESSO DE PRODUÇÃO. _____

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	2	4	UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO
 Interdependência....: 1__ LEVANTAMENTO NO MERCADO DOS TIPOS DE PENEIRAS DE M
 Tip.Interdependência: 2 (1-Início / 2-Fim)
 Entidade Responsável: 31863575__ ASSOCIACAO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOS
 Executor.....: 925802031 FRANCISCA JOSE DE SOUZA
 Data inicio prevista: 08 / 03 / 2006
 Prazo (dias).....: 90__
 Valor do Orçamento...: 200,00

Objetivo: 003 - DOTAR A ATIVIDADE DE INFRA-ESTRUTURA PARA AUMENTO DA PRODUÇÃO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	85	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 8_____
 AQUISIÇÃO DE TORNO MECANICO PARA MELHORIA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO. _____

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	5	UN

Classificação.....: 47__ INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO
 Interdependência....: 2__ LEVANTAMENTO NO MERCADO DOS TIPOS DE TORNO MECANIC
 Tip.Interdependência: 2 (1-Início / 2-Fim)
 Entidade Responsável: 31863575__ ASSOCIACAO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOS
 Executor.....: 925802031 FRANCISCA JOSE DE SOUZA
 Data inicio prevista: 08 / 03 / 2006
 Prazo (dias).....: 90__
 Valor do Orçamento...: 2.500,00

Objetivo: 004 - PROPOCIONAR A MELHORIA DA SAUDE E QUALIDADE DE VIDA DOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 1_____
 FORNECIMENTO DE MASCARAS E LUVAS DE PROTEÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NO PRO-____
 CESSO DE QUEIMA DA CERAMICA. _____

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	UN

Classificação.....: 50__ INFRA-ESTRUTURA DE SAÚDE
 Interdependência....:
 Tip.Interdependência: (1-Início / 2-Fim)
 Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS
 Executor.....: 32387469 MARIA GORETE ALVES DA SILVA
 Data inicio prevista: 15 / 08 / 2006
 Prazo (dias).....: 120__
 Valor do Orçamento...: 600,00

Objetivo: 004 - PROPONCIONAR A MELHORIA DA SAUDE E QUALIDADE DE VIDA DOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 2

REALIZAÇÃO DE PALESTRA COM REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE SAUDE SOBRE SAUDE OCUPACIONAL

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	1	UN

Classificação.....: 70 ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Executor.....: 32387469 MARIA GORETE ALVES DA SILVA

Data inicio prevista: 03 / 03 / 2006

Prazo (dias).....: 60

Valor do Orçamento...: 300,00

Objetivo: 0004 - PROPONCIONAR A MELHORIA DA SAUDE E QUALIDADE DE VIDA DOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 3

REALIZAÇÃO DE PALESTRA COM REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE SAUDE SOBRE SAUDE DA MULHER

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	1	UN

Classificação.....: 70 ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Executor.....: 32387469 MARIA GORETE ALVES DA SILVA

Data inicio prevista: 03 / 03 / 2006

Prazo (dias).....: 60

Valor do Orçamento...: 300,00

Objetivo: 004 - PROPONCIONAR A MELHORIA DA SAUDE E QUALIDADE DE VIDA DOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 4

DOAÇÃO DE CASAS POPULARES PARA QUATRO FAMILIAS DOS PRODUTORES (AÇÃO JA REALIZADA).

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	4	4	UN

Classificação.....: 44 INFRA-ESTRUTURA DE HABITAÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Executor.....: 500418974 JOSE GUIMARAES COELHO

Data inicio prevista: 19 / 09 / 2005

Prazo (dias).....: 90

Valor do Orçamento...: 14.000,00

Objetivo: 004 - PROPONER A MELHORIA DA SAUDE E QUALIDADE DE VIDA DOS ARTESAO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 5

PRESTAÇÃO DE ASSISTENCIA MEDICO/ODONTOLOGICA REGULARMENTE PARA OS ARTESAO E SEUS FAMILIARES, PELO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF.

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	60	PESSOAS

Classificação.....: 70 ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Executor.....: 32387469 MARIA GORETE ALVES DA SILVA

Data início prevista: 02 / 01 / 2005

Prazo (dias).....: 365

Valor do Orçamento...: 6.000,00

Objetivo: 005 - BANCARIZAR OS ARTESAO E FACILITAR O ACESSO AO CREDITO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 1

ABERTURA DE CONTAS CORRENTES DOS ARTESAO E IDENTIFICAÇÃO DE RESTRIÇÕES CADASTRAIS.

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	UN

Classificação.....: 1 ABERTURA DE CONTAS CORRENTES

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 417870877 BANCO DO BRASIL S/A - CAJAZEIRAS-PE

Executor.....: 421860643 ADENILSON FORMIGA HENRIQUES DE ARAUJO

Data início prevista: 01 / 10 / 2006

Prazo (dias).....: 90

Valor do Orçamento...: 100,00

Objetivo: 005 - BANCARIZAR OS ARTESAO E FACILITAR O ACESSO AO CREDITO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 2

ELABORAÇÃO DE DAP PARA SOLICITAÇÃO DE CREDITO (PRONAF MULHER) AO BB EM CASO DE SE TRATAR DE ARTESA AGRICULTORA.

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	9	UN

Classificação.....: 88 RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500248076 EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO

Executor.....: 907869281 EDILSON PEREIRA DE ALMEIDA

Data início prevista: 01 / 10 / 2006

Prazo (dias).....: 90

Valor do Orçamento...: 200,00

Objetivo: 005 - BANCARIZAR OS ARTESAO S E FACILITAR O ACESSO AO CREDITO

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	PESSOAS

Descrição da Ação - Ação Nr.: 3__
ESTUDO, ANALISE E CONCESSAO DE CREDITO AOS ARTESAO S, CASO NECESSARIO, OBSERVADO O PROCESSO DE CREDITO

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	30	UN

Classificação.....: 7__ CRÉDITO BB PARA INVESTIMENTO

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 417870877 BANCO DO BRASIL S/A - CAJAZEIRAS-PB

Executor.....: 421860643 ADENILSON FORMIGA HENRIQUES DE ARAUJO

Data inicio prevista: 08 / 03 / 2006

Prazo (dias).....: 90__

Valor do Orçamento...: 5.000,00

Objetivo: 006 - PROMOVER A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	100	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 1__
CONSULTA A SUDEMA SOBRE A NECESSIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA A ATIVIDADE

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	1	UN

Classificação.....: 57__ LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 31863575 ASSOCIACAO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOS

Executor.....: 925802031 FRANCISCA JOSE DE SOUZA

Data inicio prevista: 12 / 12 / 2005

Prazo (dias).....: 60__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 006 - PROMOVER A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	100	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 2__
SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA A ATIVIDADE SE IDENTIFICA-DO A NECESSIDADE DA MESMA

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	1	UN

Classificação.....: 57__ LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Interdependência.....: 1__ CONSULTA A SUDEMA SOBRE A NECESSIDADE DE LICENÇA A

Tip.Interdependência: 2 (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500248076 EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO

Executor.....: 907869281 EDILSON PEREIRA DE ALMEIDA

Data inicio prevista: 01 / 02 / 2006

Prazo (dias).....: 180__

Valor do Orçamento...: 200,00

Objetivo: 006 - PROMOVER A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
 Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 100 %

Descrição da Ação - Ação Nr.: 3____
 CONSULTA SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RESIDUOS GERADOS NA ATIVIDADE (CINZAS)
 A FIM DE VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE REAPROVEITA-LOS_____

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 1 1 UN

Classificação.....: 62__ TRATAMENTO DE RESÍDUOS E EFLUENTES

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 32173531_ SEBRAE - CAJAZEIRAS PB

Executor.....: 933417429 SAMEA DAMASIO DA MOTA SILVA

Data inicio prevista: 05 / 12 / 2005

Prazo (dias).....: 60__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 007 - AUMENTAR A DIVULGAÇÃO E COMERC. DOS PRODUTOS ARTESAO S

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 100 %

Descrição da Ação - Ação Nr.: 1____
 CRIAÇÃO DE MARCA DOS PRODUTOS PARA A ASSOCIAÇÃO_____

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 1 UN

Classificação.....: 64__ DESENVOLVIMENTO DE "MARCAS"

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 32173531_ SEBRAE - CAJAZEIRAS PB

Executor.....: 933417429 SAMEA DAMASIO DA MOTA SILVA

Data inicio prevista: 20 / 08 / 2006

Prazo (dias).....: 60__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 007 - AUMENTAR A DIVULGAÇÃO E COMERC. DOS PRODUTOS ARTESAO S

Metas do Objetivo: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 100 %

Descrição da Ação - Ação Nr.: 2____
 LEVANTAMENTO E CONTATO COM POTENCIAIS CLIENTES LOJISTAS E COMPRADORES_
 PARA AS PEÇAS PRODUZIDAS_____

Metas da Ação: Quantidade Atual Quantidade Futura Unidade
 0 1 UN

Classificação.....: 65__ ESTUDOS DE MERCADO/SETORIAIS

Interdependência.....: _____

Tip.Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 31863575_ ASSOCIACAO DAS LOUCEIRAS DO BAIRRO SAO JOS

Executor.....: 925802031 FRANCISCA JOSE DE SOUZA

Data inicio prevista: 01 / 12 / 2005

Prazo (dias).....: 120__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 007 - AUMENTAR A DIVULGAÇÃO E COMERC. DOS PRODUTOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	100	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 3__

DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO PARA EXPOSIÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS ARTESANAIS DO MUNICÍPIO.

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	1	UN

Classificação.....: 41__ INFRA-ESTRUTURA PARA COMERCIALIZAÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Executor.....: 32387469 MARIA GORETE ALVES DA SILVA

Data início prevista: 05 / 12 / 2005

Prazo (dias).....: 90__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 007 - AUMENTAR A DIVULGAÇÃO E COMERC. DOS PRODUTOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	100	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 4__

DIVULGAÇÃO DAS PEÇAS PRODUZIDAS PELOS ARTESAO S NO PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO (JA REALIZADA)

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	1	UN

Classificação.....: 66__ MARKETING E PROPAGANDA

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 303292343 GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA

Executor.....: 500257632 MARIA WANDERLY OLIVEIRA SIEBRA COELHO

Data início prevista: 01 / 09 / 2005

Prazo (dias).....: 30__

Valor do Orçamento...: 0,00

Objetivo: 007 - AUMENTAR A DIVULGAÇÃO E COMERC. DOS PRODUTOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	100	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 5__

PARTICIPAÇÃO NA FEIRA NACIONAL DE ARTESANATO "MAOS DE MINAS", EM BELO HORIZONTE, ATRAVES DA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE E ESTANDE.

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	1	PESSOAS

Classificação.....: 63__ APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Executor.....: 32387469 MARIA GORETE ALVES DA SILVA

Data início prevista: 22 / 11 / 2005

Prazo (dias).....: 15__

Valor do Orçamento...: 600,00

Objetivo: 007 - AUMENTAR A DIVULGAÇÃO E COMERC. DOS PRODUTOS ARTESAO S

Metas do Objetivo:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	0	100	%

Descrição da Ação - Ação Nr.: 6__

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E RODADAS DE NEGOCIAÇÃO FORA DO MUNICIPIO DA__
 ATIVIDADE DESENVOLVIDA. _____

Metas da Ação:	Quantidade Atual	Quantidade Futura	Unidade
	1	7	UN

Classificação.....: 63__ APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

Interdependência.....: _____

Tip. Interdependência: _ (1-Início / 2-Fim)

Entidade Responsável: 500419486 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Executor.....: 32387469_ MARIA GORETE ALVES DA SILVA

Data início prevista: 02 / 01 / 2006

Prazo (dias).....: 365_

Valor do Orçamento...: 3.000,00